

DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS AGRAVA EFEITOS DA PANDEMIA E TRAZ DE VOLTA O FANTASMA DA FOME

Diante do flagrante aprofundamento da pobreza e da miséria, ações emergenciais têm se multiplicado por iniciativa da sociedade civil e de movimentos sociais organizados. Tais medidas são necessárias e urgentes, ainda mais quando se considera o esvaziamento das políticas públicas que – se ainda tivessem o vigor que chegaram a ter em um passado não muito remoto – poderiam fazer frente à situação por que agora passa o país.

A análise do incremento da fome no país mostra que a retração e o desmonte das políticas públicas, que vinham sendo paulatinamente construídas havia décadas, são parte do problema. O país passa pela maior pandemia em, pelo menos, um século. Entretanto, não fossem o sistemático ataque às estruturas e serviços de proteção social e os sucessivos cortes de gastos nas políticas públicas, talvez a situação de desamparo da população não tivesse regredido ao grau atual, equiparável ao que se viu no Brasil nos anos 1980 e 1990.

Nos últimos anos do século passado e no início do século corrente, muitas medidas foram sendo adotadas e alcançaram êxito, retirando, em 2014, o Brasil da lista dos países em que pessoas passam fome. Porém, poucos anos depois, já em 2018, o país voltaria a figurar no mapeamento da fome publicado periodicamente pela ONU. Desde então, o quadro tem piorado consistentemente.

Neste texto, conjugam-se dois esforços. O primeiro trata de descrever o problema estrutural responsável pelo incremento da miséria e da fome no Brasil: desemprego, perda de renda, desmonte de políticas públicas. São situações que já existiam antes da Covid-19. A pandemia encontrou aqui um ambiente favorável para transformar-se numa tragédia de dimensões épicas.

Omissão e diversionismo são as palavras que descrevem a inação (e, frequentemente, o estorvo) do governo federal frente a uma das maiores crises sanitárias da história do país. A sociedade brasileira, por sua vez, tem acompanhado – com escassa capacidade de reação – a transformação da crise sanitária em uma crise humanitária. Enquanto isso, os demais poderes (e também os partidos políticos) dão de ombros e apostam suas fichas nas eleições de 2022.

Este **Contextus** adota uma linguagem diferente com o objetivo de cogitar algumas possibilidades de ação para o enfrentamento deste momento trágico. Apreciam-se, além das iniciativas da sociedade organizada, também as políticas públicas capazes de enfrentar de maneira permanente o drama da fome. Entende-se que as iniciativas da sociedade civil – urgentes e indispensáveis – não excluem a

centralidade do poder público nesse debate, único ente capaz de promover de forma duradoura as políticas de assistência. Por essa razão, no final deste texto, descrevem-se algumas das iniciativas já consagradas que, no campo das possibilidades dos municípios, podem contribuir para mitigar e – quem sabe –, num prazo mais longo, voltar a livrar o povo brasileiro da fome.

DESEMPREGO, EMPOBRECIMENTO E PANDEMIA

19 milhões de brasileiros passaram fome no mês de dezembro de 2020. A insegurança alimentar foi uma ameaça, com intensidade variável, para 116 milhões de pessoas no país. Estão nessa situação as pessoas que não conseguem garantir todas as refeições na quantidade e com a qualidade necessárias para suprirem suas necessidades nutricionais. Praticamente a metade da população brasileira experimentou em dezembro alguma forma de privação.

Aquele mês, contudo, estava longe de ser o pior momento. Até o final de 2020, uma parte da população mais pobre ainda estava recebendo parcelas do auxílio emergencial de R\$ 600. Por mais que o valor pudesse ser aviltante em face do tamanho das necessidades de uma família, os números apontam que esse subsídio teve um papel importante para evitar que fosse ainda maior a miséria e pode ter contribuído até mesmo para assegurar certa vitalidade à economia nacional. Tal valor representa três vezes mais do que tinha sido proposto pelo governo federal, cuja oferta inicial era de R\$ 200 combinada à suspensão dos contratos de trabalho.

O auxílio emergencial insuficiente também contribuiu para piorar o quadro de empobrecimento da população. Na retomada em 2021, um valor muito menor está sendo pago: os R\$ 600 do auxílio em 2020 foram reduzidos a menos de um terço do valor original. Na média, estão sendo pagos benefícios com valores próximos de R\$ 250, mas um indivíduo que more sozinho (isto é, uma família unipessoal) recebe o valor irrisório de R\$ 150.

O programa atual vem recebendo muitas críticas também porque o número de pessoas que têm conseguido o auxílio está menor. Não foram abertas novas inscrições. Em princípio, têm direito apenas as pessoas que já estavam cadastradas em dezembro. Naquele mês, havia 56,7 milhões de pessoas sendo atendidas. Alguém que tenha perdido o emprego no início de 2021 não conseguiria entrar no programa, como vários analistas têm destacado.

Depois dos cortes, em 2021 o governo havia previsto atender 45,6 milhões de pessoas. Até meados de maio, porém, o programa havia deixado sem atendimento 6,5 milhões dentre aquelas pessoas incluídas na previsão inicial. Verifica-se, portanto, uma distorção de quase 15% para menos em relação à própria proposta já reduzida do governo federal.

De acordo com dados oficiais, no ano passado foram atendidos 67,9 milhões de brasileiros. O custo para os cofres públicos desse serviço foi estimado em mais de R\$ 320 bilhões. Daí se inferir uma redução perceptível também no volume do investimento financeiro. Neste ano, o auxílio emergencial está estimado em R\$ 34,2 bilhões.

De acordo com o IBGE, no trimestre encerrado em dezembro, 13,9 milhões de brasileiros estavam desempregados, sendo que, nos primeiros meses de 2021, a situação foi piorando. De acordo com os mais recentes dados disponíveis sobre a situação da mão de obra no Brasil, o limiar dos 14 milhões de pessoas desempregadas já foi superado. Em fevereiro deste ano, 14,4% da população brasileira estavam desempregados.

Embora esses índices em si mesmos fossem elevados – já que representam o desamparo de milhões de pessoas –, a tragédia é bem mais grave do que tais números induzem a crer. O IBGE utiliza o conceito de “subutilização da mão de obra”, no qual se somam os desempregados, os subocupados e as pessoas que desistiram de procurar emprego. Ao todo, são mais de 32 milhões de pessoas que não estão trabalhando ou que cumprem jornada menor do que a necessária para prover sua subsistência.

Em outros termos, o número de pessoas cuja força de trabalho não está sendo aproveitada é imensamente maior do que revelam os índices oficiais de desemprego. Em fevereiro deste ano, as pessoas que não conseguiram trabalho já representavam 29,9% da força de trabalho existente no país. Se para a sociedade brasileira isso representa um prejuízo, para as pessoas essa situação se converte em dificuldades reais, com ameaças à subsistência de si mesmos e de suas famílias.

Aproxima-se, de maneira célere, o limiar de um milhão de empresas pequenas ou médias (oficialmente constituídas ou negócios informais) definitivamente fechadas durante a pandemia. O auxílio governamental foi pouco eficaz para salvá-las, pois teve muitos entraves burocráticos que impediram (principalmente) aos pequenos empresários o acesso ao socorro. O governo tem alegado haver cumprido sua tarefa por haver ofertado o serviço. Multiplicam-se, no entanto, as críticas feitas por quem acusa o governo de ficar indiferente ao escasso resultado positivo logrado por sua ação. Algumas críticas mais duras sugerem que o governo federal teria se limitado a cumprir o protocolo, mas que não estava convencido de sua obrigação de socorrer os pequenos e médios negociantes.

O endividamento das famílias e a inflação em alta, afetando principalmente os preços dos alimentos ou do gás de cozinha, têm forçado um contingente maior de pessoas a voltar para o mercado demandando um posto de trabalho. Isso implicou uma maior exposição dessas pessoas ao contágio pelo coronavírus, reforçando a segunda onda da pandemia cuja letalidade se mostrou, por diferentes razões, maior do que a verificada de março a dezembro de 2020.

À exposição por necessidade somou-se a irresponsabilidade das festas clandestinas, das aglomerações e da resistência às hesitantes restrições da atividade econômica impostas por parte dos governos

locais em estados e municípios. Tal resistência irracional e irresponsável encontrou no presidente da República seu incentivador mais entusiasmado.

Foi nesse contexto que o governo brasileiro se permitiu deixar de pagar o já precário auxílio emergencial, que havia sido aplicado de maneira errática e excludente. Como já dito, foram três meses sem auxílio e, quando de seu retorno, diminuiu-se drasticamente o contingente dos beneficiários e o novo valor reduziu-se a uma fração do que fora concedido no ano anterior.

Numa terrível cadeia de retroalimentação, o país cruzou a linha dos 400 mil mortos por Covid-19. Um número que se sabe perigosamente subestimado e em crescimento acelerado. Epidemiologistas antevêm o risco de que o número de um milhão de mortos possa não ser apenas uma ameaça catastrófica, mas um risco real, dada a maneira desastrosa com que – assim afirmam inúmeros especialistas de dentro e de fora do país – a pandemia vem sendo gestada no Brasil.

O crescente aumento dos moradores em situação de rua nas cidades brasileiras; o surgimento de novas favelas e comunidades improvisadas e precárias; a multiplicação dos pedintes indo de porta em porta; as filas de pessoas que buscam os alimentos doados pelas iniciativas da sociedade civil que têm surgido para fazer frente a essa situação são sinais de tragédia – mesclada alguma esperança – que moradores das cidades brasileiras (principalmente as médias e grandes) têm presenciado. Tais sinais lhes permitem um vislumbre do tamanho do problema que assoma no horizonte.

Tal percepção bastante intuitiva foi confirmada em dezembro pelo Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19. O estudo conduzido pela Rede Penssan é o único disponível até o momento que permite compreender os efeitos nefastos da pandemia no que diz respeito ao empobrecimento e à insegurança alimentar. É dele que provém a informação citada acima de que 55% dos lares brasileiros – 116,8 milhões de habitantes – experimentaram algum grau de carência alimentar.

Desse contingente, 9% passaram fome em algum momento entre outubro e dezembro de 2020. São 19 milhões de pessoas. Esse número indica um

Olhe para a fome: o desafio é de todos nós

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 foi realizado em 2.180 domicílios nas cinco regiões do país, em áreas urbanas e rurais, entre 5 e 24 de dezembro de 2020.

Os resultados mostram que nos três meses anteriores à coleta de dados, apenas 44,8% dos lares tinham seus moradores e suas moradoras em situação de segurança alimentar. Isso significa que em 55,2% dos domicílios os habitantes conviviam com a insegurança alimentar, um aumento de 54% desde 2018 (36,7%).

Acesse a pesquisa completa:
<http://olheparaafome.com.br/>

retrocesso aos patamares existentes em 2004, quando ainda não haviam sido implantados os programas que foram decisivos para que o Brasil – tendo conseguido garantir o direito humano à alimentação para sua população – deixasse de estar incluído no Mapa da Fome.

Aliás, em 2018 o país já havia voltado a figurar nesse mapa – um levantamento que periodicamente a Organização das Nações Unidas (ONU) publica sobre a carência alimentar no planeta. Portanto, as causas da volta da fome no Brasil antecedem a chegada da pandemia, não obstante os sinais de que essa tragédia sanitária contribuiu para agravar as consequências do desmonte de políticas públicas, da retração de direitos sociais e do desmantelamento da proteção representada pelas legislações trabalhista e previdenciária.

Outra face desse mesmo problema para a qual especialistas têm chamado a atenção é o fato de que quase a metade da população brasileira está comendo mal, o que representa o prenúncio de uma explosão de doenças relacionadas à desnutrição ou à alimentação incorreta. Sem poderem ingerir os alimentos de que precisam para se manterem saudáveis, em curto ou mais longo prazos, pessoas com poder aquisitivo insuficiente acabam adquirindo alimentos que conseguem comprar em maior quantidade com menos dinheiro.

Frutas, legumes e verduras frescos são substituídos por alimentos que dão a sensação de maior saciedade, como cereais, batatas, açúcares e produtos industrializados de mais baixo custo. Cria-se a ligação, apenas aparentemente contraditória, entre, de um lado, fome e insegurança alimentar e, de outro, o grande número de pessoas com sobrepeso, obesidade, com o conseqüente potencial elevado de desenvolver morbidades associadas a condições de alimentação precárias.

Assim, as gerações futuras já começam a ficar comprometidas. A fome e a subnutrição decorrente da má qualidade da alimentação podem comprometer, entre outros aspectos, o desenvolvimento intelectual e a aquisição de certas habilidades motoras. Essa constatação vem sendo insistentemente apresentada por aqueles que sustentam que a fome não é um problema individual, mas uma situação que afeta transversalmente a toda a sociedade brasileira e que demanda a proposição de políticas públicas emergenciais específicas. Sem essa providência, corre-se o risco de se formar no Brasil, no médio prazo, uma geração de indigentes.

MAIS BRASILEIROS SE TORNARAM BILIONÁRIOS ENQUANTO AUMENTAVAM AS PESSOAS NA POBREZA E NA MISÉRIA

Há diferentes categorizações para descrever as classes sociais no Brasil, a depender da leitura feita dos dados disponibilizados pelo IBGE. A menção que aqui se faz, portanto, é uma referência aproximativa, podendo variar de acordo com os institutos de pesquisa.

Quando se consideram, por exemplo, as categorias descritas pelo Instituto Locomotiva (publicado pelo **G1**, em 17 abr. 2021), enquadram-se no segmento da pobreza aquelas famílias em que cada pessoa ganha até R\$ 667,87. Em outros termos, cada pessoa vive com pouco mais da metade de um salário-mínimo. No total, 47% das famílias brasileiras estão nessa faixa de renda.

De acordo com o referido instituto, o conceito de classe média abrange aqueles cujo rendimento individual parte de R\$ 667,88 podendo chegar até R\$ 3.755,76. Esse segmento diminuiu em 2021 e passou a abrigar 47% da população. No ano anterior, estavam na classe média 51% da população brasileira, tendo havido, portanto, uma redução do número dos que alcançam esse perfil de renda. Obviamente, as pessoas expulsas da classe média encontram-se agora contadas entre os mais pobres.

Acima desse patamar está a chamada “classe A”, composta por apenas 6% da população. A base salarial para a inclusão nesse segmento socioeconômico é baixa. Uma pessoa que possua um rendimento de aproximadamente 3,5 salários-mínimos (ou, exatamente, R\$ 3.755,76) já é considerada “classe A” no Brasil.

Se, por um lado, esse número mostra o quanto são baixos os salários no país, há que se considerar que tal dado esconde uma face ainda mais perversa do problema. De acordo com o Instituto Locomotiva, a renda domiciliar média da “classe A” é de R\$ 20.643,77. Trata-se de um valor que exclui a imensa maior parte da população, cujos rendimentos são dramaticamente inferiores a essa média. A Receita Federal informa, nos últimos dados publicados ainda em 2019, a existência de brasileiros cuja renda declarada ultrapassa 320 salários-mínimos mensais. As divisões usuais que criam as faixas de classes sociais não dão conta de lidar com tal discrepância.

Apenas 65 pessoas acumulam patrimônio bilionário no Brasil. Juntas essas pessoas detêm US\$ 219,1 bilhões. Em 2021, dez brasileiros foram acrescentados nessa lista (**Forbes**, 10 abr. 2021). Ao mesmo tempo, estima-se que mais de vinte milhões de pessoas, em janeiro, viveram com apenas R\$ 155. Com a redução do auxílio emergencial ao valor médio de R\$ 250, o enorme contingente de 61,1 milhões de pessoas voltaram à pobreza (**Brasil de Fato**, 22 abr. 2021).

Reduziu-se a uma vaga lembrança a prosperidade que a “classe C” havia alcançado na primeira década deste século. Trinta milhões de pessoas deixaram esse segmento e, tendo perdido renda, voltaram para as classes D e E. Muitas dessas pessoas, inclusive, encontram-se agora na miséria. Entre as famílias que se situavam na classe C por possuírem renda superior a cinco salários-mínimos, 7% perderam toda sua renda por terem ficado sem trabalho (**Folha de São Paulo**, 17 abr. 2021).

Mesmo considerando o auge do aumento da inclusão verificado na primeira década deste século, a expansão dos segmentos mais altos da classe média não havia sido expressiva, como sugere a comparação entre os números no início da década de 1980 e os índices alcançados no final do referido período de maior prosperidade. Os segmentos alto e médio da classe média correspondiam, em 1981, a 21,5% da população. A diferença em relação ao que se viu em 2014 era mínima: haviam chegado a

24% as pessoas da “classe média alta” e a “classe média média”. Num momento em que o Brasil experimentou os melhores índices de inclusão social em sua história recente, a melhoria não chegou a representar mais do que três pontos percentuais. (**Carta Capital**, 22 mar. 2021).

Tais números são interpretados como indicativos de uma acentuada estagnação social e econômica como consequência de inúmeros mecanismos que aprofundam os pobres em sua pobreza, isolam os mais ricos em sua riqueza e criam uma sensação de instabilidade para a classe média, assustada frente ao risco real de piorar seu padrão de vida.

Esta última tende a sentir mais fortemente a ameaça representada pelo aumento das mensalidades escolares e dos planos de saúde, entre outros custos que têm consumido uma faixa cada vez maior da renda nesse segmento. A desconfiança em relação ao futuro do país gera o medo de gastar, de perder o emprego e de enfrentar um período prolongado sem renda e – em tempos de pandemia – o temor de estar desamparado numa situação de colapso do sistema de saúde. No limite, está no horizonte até mesmo o risco de morrer sem assistência, em meio à pandemia.

O desmonte das políticas sociais e o desinteresse do governo pela mobilização de políticas públicas eficazes de proteção aos mais vulneráveis durante a pandemia têm sido associados a esse fenômeno de empobrecimento dos brasileiros. No entanto, os sucessivos ataques à legislação que dava alguma proteção por meio de direitos trabalhistas, entre outros, vêm sendo apontados como um fenômeno, mais estrutural e permanente, que resulta no maior enriquecimento daqueles que já eram muito ricos.

NOS SUPERMERCADOS DE BELO HORIZONTE, ALTA DE PREÇOS ESVAZIA O CARRINHO DOS MAIS POBRES

De acordo com a Constituição Federal, um salário-mínimo deve ser suficiente para cobrir as despesas de “moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social” (artigo 7, inciso IV). O valor de R\$ 1.100, em vigor desde o mês de janeiro, está muito aquém desse objetivo. De acordo com o Dieese, teriam sido necessários R\$ 5.330,69 em abril para prover todos esses itens para uma família brasileira, composta por quatro pessoas. Em outros termos, seriam necessários cerca de cinco vezes o valor prescrito para os fins mencionados na Constituição.

De acordo com um estudo realizado pela consultoria Tendências, 91% da renda obtida por famílias que ganham até R\$ 2.600 são gastos com o consumo direto. A habitação é o quesito mais dispendioso, consumindo 37,5% da renda. Em seguida, aparecem os gastos com alimentação (20,2%) e com transporte (10,6%). Tendo a renda comprometida com essas despesas, essas famílias não têm dinheiro para custear outros aspectos da vida. Sobra muito pouco dinheiro para investir em saúde, educação, cuidados pessoais, cultura, lazer e outros. No orçamento doméstico, o percentual destinado a essas rubricas acaba sendo excessivamente baixo e não chega a dois dígitos.

Por essa razão, uma inflação alta nos preços de alimentos tem como efeito o aprofundamento da miséria. Os gastos com a alimentação tendem a pesar mais para os mais pobres, já que uma parcela maior do salário dessas pessoas é comprometida com essa despesa.

Depois de dois meses apresentando uma queda, o preço da cesta básica em Belo Horizonte subiu 0,83%, segundo o Ipead, e passou a custar R\$ 556,91 no mês de abril. O contexto dessa retomada na elevação de preços torna o aumento ainda mais preocupante. Em outubro, a cesta básica havia atingido um preço recorde, atingindo o maior valor em 26 anos, com um aumento cinco vezes superior ao da inflação ocorrida naquele ciclo de doze meses. Desde 1994, a cesta básica não atingia um valor tão elevado na capital mineira.

Desde outubro, houve sucessivas altas no valor da cesta básica em Belo Horizonte. No entanto, chegou a diminuir em março. Contudo, analistas vinculam tal redução ao fato de que as famílias pararam de comprar alguns produtos, como a carne por exemplo. No começo de março, o Ipead já apontava que a disparada de preços estava fazendo “o carrinho do brasileiro ficar mais vazio” e que os consumidores estavam passando a “comprar só o essencial”. Em abril, esse instituto alertava para a ocorrência de um aumento global do custo de vida (1,24%), chegando ao maior patamar registrado para março nos últimos seis anos.

Outro sinal do empobrecimento da população foi o retorno ao fogão à lenha como forma de economizar no consumo de gás. Em meados de fevereiro, o preço médio do botijão de gás atingiu o valor mais alto em mais de dez anos e não parou de subir desde então. Como resultado, cerca de 20% das residências estão consumindo mais lenha ou carvão do que gás. Dentre os inúmeros problemas disso decorrentes, vem sendo destacado que essa fonte energética é mais poluente e mais prejudicial à saúde, mas tem sido a alternativa encontrada.

Além de suportarem o custo ascendente dos alimentos, muitas pessoas passaram a gastar mais também com a conexão à internet para garantir o acesso à educação e até para continuar trabalhando. A fatia do orçamento antes destinada à compra do gás passou a não ser suficiente para custear este insumo em sua progressiva alta de preços.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE FAZ DIAGNÓSTICO DO RECRUDESCIMENTO DA FOME E MAPEIA POLÍTICAS PÚBLICAS EXISTENTES NOS MUNICÍPIOS EM SUA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O setor político do Vicariato de Ação Social, Política e Ambiental (Veasпам) da Arquidiocese de Belo Horizonte vem realizando um levantamento com a finalidade de compreender objetivamente a extensão do avanço da fome e da miséria nos 28 municípios na área de abrangência da Arquidiocese. A

coleta e sistematização preliminar dos dados foram realizadas pelo jornalista Marcelo Gomes, no período entre abril e maio de 2021.

Tal mapeamento consiste de uma dupla aproximação: (1) a coleta dos dados disponíveis em portais de transparência e nas plataformas de acesso público mantidas por políticas de assistência social; e (2), mais diretamente, o envio de um formulário pelo qual os municípios poderiam relatar as políticas públicas que vêm sendo implantadas localmente para fazer frente ao retorno e ao aprofundamento da fome em suas regiões.

Não se trata, pelo menos até o momento, de um relatório completo dada a escassa resposta dos municípios à solicitação. Apesar de estarem no entorno de uma das maiores cidades do Brasil, existe um deserto em matéria de informações sobre a atuação do poder público municipal. As informações,

quando existem, dificilmente chegam ao conhecimento do cidadão interessado, não obstante a existência de uma lei que obriga o poder público a disponibilizar as informações solicitadas.

Municípios integrantes da Arquidiocese de Belo Horizonte

1. Belo Horizonte
2. Belo Vale
3. Betim
4. Bonfim
5. Brumadinho
6. Caeté
7. Confins
8. Contagem
9. Crucilândia
10. Esmeraldas
11. Ibirité
12. Lagoa Santa
13. Mário Campos
14. Moeda
15. Nova Lima
16. Nova União
17. Pedro Leopoldo
18. Piedade dos Gerais
19. Raposos
20. Ribeirão das Neves
21. Rio Acima
22. Rio Manso
23. Sabará
24. Santa Luzia
25. São José da Lapa
26. Sarzedo
27. Taquaraçu de Minas
28. Vespasiano

Acesse o *site* da Arquidiocese:
www.arquidiocesebh.org.br

Apenas três municípios responderam as questões enviadas (Belo Horizonte, Contagem e Ibirité). Outros seis municípios enviaram respostas parciais (Bonfim, Brumadinho, Confins, Crucilândia, Esmeraldas e Nova União). Os dezenove municípios restantes não deram qualquer resposta. As análises seguintes são majoritariamente baseadas, portanto, no levantamento feito pelo Vicariato, tendo como fonte as bases de dados públicas que englobam os 28 municípios.

Com relação às informações obtidas dessas fontes, adverte-se que os números disponíveis estão atualizados somente até setembro de 2020. Portanto, não captam o agravamento da situação que ocorreu, no final do ano passado.

Entre os analistas políticos, tem se repetido que ao longo dos três meses de intervalo entre o auxílio emergencial de 2020 e o que agora está sendo pago, houve um vazio de políticas públicas federais de enfrentamento específico contra as consequências da pandemia. Segundo se diz, aconteceu uma paralisia quase completa do governo Bolsonaro no que diz respeito à

assistência devida à população. O governo federal teria desconhecido, em termos práticos, a elevação do desemprego e da inflação.

Empobrecimento e fome incidem em todo o país, mas contêm uma dimensão regional. Na área de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte, havia 48.711 famílias em situação de pobreza no mês de setembro de 2020. Outras 194.853 famílias viviam então em condições de extrema pobreza. Isso significa que pelo menos um quinto dos lares (21,25%) na região da Arquidiocese não tem o suficiente para uma vida digna. 17% das famílias estavam em condições miseráveis.

Mesmo combatidas em face do incentivo inexistente às políticas públicas e dos sucessivos cortes orçamentários, as políticas assistenciais têm sido o único sistema público a fazer frente à grave carência dessa parcela da população. Dada a omissão e a insuficiência das ações de governo, pela primeira vez em décadas as ações voluntárias da sociedade civil – movimentos sociais, populares, eclesiais e empresariais – têm se multiplicado com o objetivo de prover uma resposta emergencial aos que, neste momento, carecem de ajuda.

No entanto, o poder público ainda responde pela maior capilaridade e pela capacidade de universalização do atendimento. Este é o único ente que possui os meios para garantir que a assistência chegue a quem de fato dela necessita. Sobretudo, são as políticas públicas de assistência o único instrumento capaz de estender sua atuação no médio e no longo prazos.

As ações da sociedade civil podem cumprir o indispensável papel de prover o auxílio pontual no momento da necessidade mais aguda. Contudo, analistas têm chamado a atenção para o fato de que a crise social e econômica por que passa o país terá repercussões ao longo dos próximos anos, inclusive com o risco de se estender por décadas. Por essa razão, tem sido dito que apenas o Estado teria condições de manter a perenidade necessária para que a assistência contribua para auxiliar as famílias carentes a recuperarem a autonomia econômica e o protagonismo social a que elas têm direito.

Com os dados da pesquisa conduzida pelo setor político do Veaspa, constata-se que em setembro 366.304 pessoas estavam sendo atendidas por alguma das políticas públicas assistenciais federais nos municípios que compõem a Arquidiocese de Belo Horizonte: o auxílio emergencial, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o programa Bolsa Família, entre outros. O levantamento também constatou que, no mesmo período, havia 729.734 pessoas em situação de pobreza ou de pobreza extrema que não recebiam nenhum desses suportes.

Vale destacar que o déficit assistencial é, possivelmente, muito maior. Desde abril de 2020, dificuldades têm sido criadas para que novas famílias sejam admitidas como destinatárias do programa Bolsa Família. Também as perícias que levariam outras pessoas à inclusão como beneficiárias do BPC estão paralisadas. Não se sabe a dimensão desse problema, embora se possa presumir sua gravidade.

Parece possível intuir a ocorrência de um “apagão” das políticas públicas assistenciais sob o governo Bolsonaro. Os números estão maquiados pelo esforço feito por esse governo para sufocar a demanda ao invés de saná-la. Há consenso entre os analistas de que tal pressão pode gerar, em algum momento, uma explosão da miséria reprimida.

FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS DE COMBATE À MISÉRIA COMO PRIORIDADE MAIS URGENTE

Ao mesmo tempo em que as políticas públicas de assistência estão sob ataque no plano federal, existem outras iniciativas ao alcance do poder público local que podem contribuir para elevar o nível de segurança alimentar e nutricional das pessoas com algum nível de vulnerabilidade social. Restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, agricultura urbana são algumas das medidas já consagradas e que já demonstraram sua eficácia no combate à fome.

Os restaurantes populares são equipamentos públicos que oferecem alimentação a preços acessíveis à população de baixa renda. Com a preocupação de oferecer refeições adequadas do ponto de vista nutricional, valorizam-se os hábitos alimentares regionais e, em alguns casos, prioriza-se a compra de produtos agroecológicos provenientes da agricultura familiar.

O restaurante popular é considerado, em certo sentido, uma política pública de segurança alimentar de amplitude universal, já que qualquer cidadão – independentemente de sua condição social e econômica – pode ter acesso ao serviço. Uma das qualidades que comumente é destacada nas análises dessa ação pública é o fato de que o usuário deve arcar com o pagamento de um valor pelo prato de comida. Entende-se que tal exigência viria a ter um caráter pedagógico, ainda que seja cobrada uma cifra meramente simbólica, muito aquém do custo real dos alimentos e do serviço.

Em sentido inverso, essas mesmas características costumam ser apontadas como as principais deficiências desse serviço. Uma dessas críticas diz respeito ao fato de que se trata de uma política não totalmente direcionada ao público que mais necessita de proteção social. O caráter potencialmente universal teria como defeito a baixa possibilidade de fazer chegar o benefício a quem realmente precisa dele. Estariam fora do alcance, por exemplo, aquelas pessoas que não podem sequer arcar com o preço simbólico cobrado pelos alimentos.

Outro problema apontado por especialistas no assunto é que os restaurantes populares são equipamentos excessivamente caros. Exigem um investimento muito alto na implantação e mesmo na manutenção. Como o custo real por prato de comida (considerados os insumos, os alimentos, a mão de obra etc.) é muito acima do valor cobrado, as prefeituras acabam tendo de assumir o custeio da maior parte das despesas. Tais custos se elevam de tal forma que dificilmente municípios com menos do que cem mil habitantes conseguiriam implantar e manter o serviço em funcionamento.

Na região da Arquidiocese de Belo Horizonte, poucos municípios conseguem manter tal serviço. Na Capital, os restaurantes populares atenderam 1,71 milhões de pessoas desde o início da pandemia. Em Contagem, 3.000 pessoas são atendidas diariamente. Existe restaurante popular também em Betim, mas a prefeitura não respondeu à solicitação de informações enviadas pelo Vicariato Arquidiocesano sobre o número de atendimentos realizados pelo serviço.

Existem, no entanto, outros serviços públicos que ficam mais ao alcance dos municípios, que, em sua maioria são pequenos e possuem baixa arrecadação. Destacam-se, por exemplo, as cozinhas comunitárias. Também neste caso trata-se de equipamentos públicos destinados à produção de refeições, mas voltados para pessoas em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional. São equipamentos importantes também como espaço para outras ações de inclusão social produtiva e de educação para a alimentação saudável. Podem se tornar, portanto, uma ação de saúde pública.

Outro serviço são os bancos de alimentos que captam gêneros alimentícios provenientes de empresas ou mesmo de outras políticas públicas que, em seguida, são destinados gratuitamente a instituições que fazem a assistência social direta. Trabalhando em rede, os bancos de alimentos evitam o desperdício de produtos que, sem essa logística, correriam o risco de acabarem desperdiçados. Alimentos em perfeito estado de conservação, mas que se encontram próximos do final de sua validade ou que, por qualquer outra razão, se tornaram impróprios para a comercialização, são encaminhados para aqueles que estão precisando deles e que irão consumi-los antes que se percam.

Há nos bancos de alimentos, portanto, um fortalecimento da solidariedade e do cuidado para que nada se perca. O doador deixa de gastar com o descarte dos produtos e ainda realiza uma ação socialmente responsável. Ao receber a doação, o poder público assume a responsabilidade técnica pela qualidade dos alimentos então distribuídos. A qualidade sanitária do produto, o trabalho em rede do banco com as instituições assistenciais e entre bancos de municípios próximos são requisitos que fazem dessa política pública uma importante ação de combate ao desperdício de alimentos e à fome, e de promoção da segurança alimentar.

Em Belo Horizonte, cerca de 12.800 pessoas são beneficiadas pelo banco municipal de alimentos. Na cidade de Contagem, outras 11.642 pessoas têm acesso ao banco. Mais três cidades na região da Arquidiocese (Betim, Sabará e Ribeirão das Neves) têm bancos de alimentos em funcionamento. No entanto, tais municípios não responderam a pesquisa enviada pelo Vicariato de Ação Social, Política e Ambiental da Arquidiocese. Existem, além desses, mais dois bancos de alimentos da iniciativa privada que também são integrados à rede metropolitana.

Há que se considerar também a alimentação escolar como uma das medidas mais importantes no combate à fome. Esta é considerada a mais universal das políticas de segurança alimentar, já que atende milhões de estudantes em todo o país, da creche ao ensino médio, em distintas modalidades de ensino. Nos últimos tempos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) voltou a ser um

instrumento de combate à pobreza. São amplamente conhecidas as situações em que as refeições feitas na escola são o único alimento seguro que a criança e o adolescente têm garantido.

Desde 2009, existe a obrigatoriedade de que 30% do valor recebido, por estados e municípios, do fundo destinado à alimentação escolar sejam investidos em produtos provenientes da agricultura familiar. Além da valorização dos hábitos alimentares locais e da educação nutricional e alimentar, esse programa fomenta a agricultura familiar, beneficiando também assentados em programas de reforma agrária, indígenas e quilombolas. Mais de R\$ 1 bilhão é investido nessa forma de produção agrícola.

Entre as iniciativas que contribuem para amainar a incidência da fome, incluem-se programas voltados ao uso de áreas ociosas nas cidades e em seu entorno para a produção de alimentos. Desses espaços se servem comunidades e moradores para produzir, processar e comercializar coletivamente alimentos saudáveis. O poder público oferece a assessoria e contribui com a formação técnica necessária para fomentar práticas agroecológicas e a produção de alimentos sem uso de agrotóxicos.

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva da Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp/Assessoria e Acompanhamento de Agentes Públicos, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Assessoria e Acompanhamento de Agentes Públicos

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte - MG

Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

A PUC Minas está operando em Regime Letivo Remoto e as atividades presenciais estão se mantendo de forma reduzida. Nesse período, a comunicação com o Nesp deverá ser feita pelo e-mail: nesppucminas@gmail.com

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP
José Zanetti Gonçalves - RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves